

Judiciário e democracia

HERBERT CARNEIRO

Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)



Tramita no Senado Federal a PEC 31/2013, que pretende reduzir a participação da Justiça estadual na Justiça Eleitoral, aquela que é exemplo de eficiência e competência para o Brasil e para o mundo. A proposta contraria o perfil e a natureza dessa Justiça especializada e traz riscos à sua eficácia e fiscalização por razões constitucionais e operacionais.

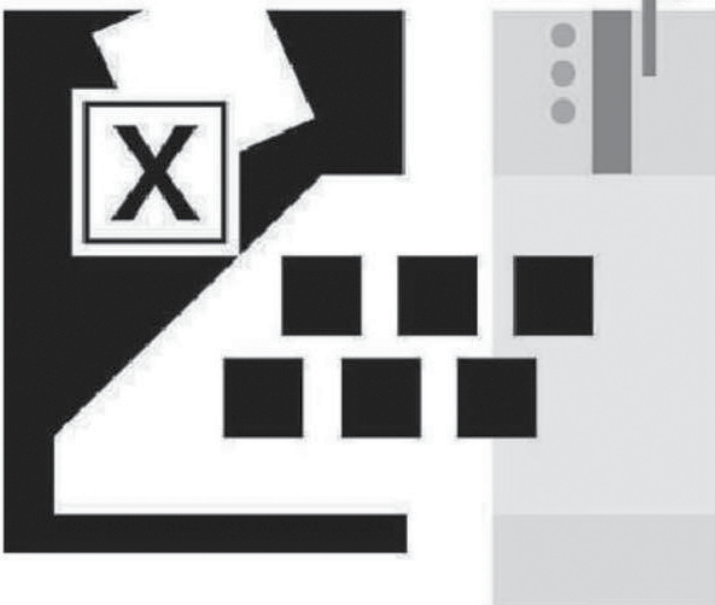
Quando definiu e aprovou a composição da Justiça Eleitoral, a Constituinte priorizou o interesse público e o maior grau de legitimidade ao processo eleitoral, valorizando a experiência da Justiça comum e o tempo em que os juízes estaduais atuaram em contato direto e diário com a população nos mais de 5,5 mil municípios brasileiros.

Se aprovada, a PEC irá contrariar esse princípio e terá, como consequência, o enfraquecimento da Justiça Eleitoral e seu distanciamento do cidadão. Além da capilaridade, que lhe garante a presença em todas as comarcas do país, o juiz estadual conhece a vida política das pequenas, médias e grandes cidades. Outro aspecto relevante é que a eficaz fiscalização da campanha eleitoral irregular, incluída a antecipada, só é possível por meio da interiorização da Justiça estadual.

Alterar, agora, o que está dando certo, e aquilo que o mundo quer copiar do Brasil, só faz sentido se formos guiados pelo complexo de achar que o melhor é o que vem de fora ou o que está para ser feito. O Brasil tem uma tarefa hercúlea de melhorar os serviços públicos que deveria, nos parece razoável, começar por aqueles que não oferecem as mínimas condições nem apresentam resultados compatíveis com as demandas de nossa realidade e da sociedade.

Todas as medidas para desafogar e aperfeiçoar o Judiciário serão bem-vindas, mas, nesse caso específico, o foco deveria ser a reforma política e eleitoral, e não, primordialmente, a estrutura dos tribunais regionais eleitorais. Ao contrário do que se imagina, as mudanças no Judiciário, em favor de uma Justiça mais ágil e cidadã, requerem a participação de todos, incluindo os três poderes e a própria sociedade. Tão equivocada quanto a tentativa de alterar a Justiça Eleitoral é reconhecer o atraso institucional que também pune os mesmos juízes estaduais. Apesar de serem os responsáveis diretos pelas mais democráticas e mais ágeis eleições do mundo, eles continuam impedidos de votar na eleição dos presidentes dos tribunais de Justiça. Nem sequer são consultados para o planejamento estratégico e a elaboração do orçamento do Judiciário.

Vinte e oito anos após do fim do regime autoritário no país, a redemocratização ainda não chegou ao Judiciário. O histórico atraso é mantido por uma lei baixada na ditadura, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LC 35, de 1979), que, por interesse e lobby não explicitados, resiste à pressão das associações de magistrados por sua revisão à luz dos novos tempos e da democracia.



Minas tem nova oportunidade histórica de dar exemplo a todo o país na busca pela modernização de suas instituições

Por aí se vê o tamanho das dificuldades que distanciam e afastam o Judiciário do cidadão e das necessárias mudanças. Uma delas tornou-se bandeira histórica da Amagis e demais associações de magistrados em todo o país, que é a eleição direta para o corpo diretivo dos tribunais estaduais, federais e trabalhistas.

Hoje, somente os desembargadores (2ª instância) podem escolher o presidente, entre os mais antigos. Juiz e desembargador são magistrados de 1º ou 2º grau de jurisdição e não há, entre um e outro, novo cargo, mas simples diferença funcional. Além disso, magistrados de 1º e 2º graus se submetem ao mesmo presidente.

Com a certeza cristalina de que não há alternativas fora do regime democrático, só haverá o adequado aparelhamento das varas, juízos e juizados – onde milhares de brasileiros compare-

cem diariamente como partes ou testemunhas em busca da realização da Justiça – quando os juízes puderem participar da escolha das mesas diretoras dos tribunais.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (Justiça em números), confirmam, claramente, pelo número de processos que tramitam na 1ª instância, que ali estão concentrados os grandes gargalos da máquina judiciária, mais um motivo para que os juízes, que são conhecedores desses problemas, participem da definição de metas e diretrizes que serão seguidas pelo Judiciário.

Como é de sua tradição, Minas tem hoje nova oportunidade histórica de dar exemplo a todo o país na busca permanente pela modernização de suas instituições. O Poder Judiciário mineiro tem em suas mãos a possibilidade de se tornar o primeiro tribunal estadual a aprovar a participação direta de juízes e juízas nas eleições de seus dirigentes. Essa conquista representaria notável avanço democrático só comparável à conquista da autonomia do Poder Judiciário, com a Constituição cidadã de 1988.

4 OPINIÃO

TUDO -



Hebert Carneiro

Judiciário é a última instância da cidadania

Um misto de injustiça e desinformação tem marcado a equivocada avaliação segundo a qual o Judiciário é o único responsável, senão o principal, pelo baixo desempenho na prestação jurisdicional em todo o país e nas respostas aos mais de 90 milhões de processos em curso.

Ninguém em sã consciência, e com um mínimo de informação, sustenta essa versão desconectada da realidade histórica e presente e apregoadada por setores interessados em desacreditar o Judiciário e a Justiça, seja em causa própria ou por razões inconfessáveis.

Não se faz justiça sozinho, mas em harmonia e respeito mútuo entre os três poderes e com a sociedade civil, desde forças de segurança pública, Ministério Público, advocacia, defensoria e as partes. Assim é, e está longe de ser comparada a uma engrenagem que segue operações mecanicamente traçadas e padronizadas. Fazer justiça é humanamente diferente, por lidar seguidamente com histórias de vida e de uma realidade social desigual, portanto quase sempre injusta.

Ainda assim, "tudo vale a pena quando a alma não é pequena", como parafraseou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, recorrendo ao poeta lusitano Fernando Pessoa, em recado aos juízes e juízas mineiros, durante discurso, na sede da Amagis, onde participou de solenidade (1º/11/13) na qual foi um dos homenageados com a Medalha Guido de Andrade, a maior honraria da magistratura mineira. Ao se solidarizar com a causa da Justiça, o ministro estimulou os magistrados mineiros a não desanimarem e a seguirem em frente, de cabeça erguida, diante das inúmeras demandas sociais e da falta das condições ideais e plenas para o exercício da função judicante e de seu papel social.

O gigantesco estoque processual é a

ponta do *iceberg* que alguns utilizam para culpar o Judiciário pela morosidade e por outros, para não reconhecer o valor e a importância da magistratura como última instância da cidadania. Esses não enxergam a realidade completa e são realimentados por campanha, orquestrada ou não, de negatização do Judiciário.

A carga processual é gerada e realimentada para não ser resolvida, de forma a travar a justiça, justificando o mote da tal campanha. No ano passado, tramitavam 92,2 milhões de processos, dos quais cerca de 50% das ações eram resultado da cultura desenfreada de litigância do estado, sem contar o sem número de recursos feitos, na maioria das vezes, para retardar, quando não impedir, a conclusão deles.

Segundo o mais recente relatório *Justiça em Números*, organizado pelo CNJ, os juízes decidiram, em 2012, ao todo 27,8 milhões de processos, em média, cada magistrado julgou 1.450 demandas, o que é considerado satisfatório. No entanto, há que se considerar a complexidade das ações, envolvendo a vida, o patrimônio, a família e o direito. Com certeza e com responsabilidade, o tempo do direito não é o mesmo do da produção em escala.

As medidas para desafogar o Judiciário serão bem-vindas. Ainda na histórica noite de homenagens, o teólogo, escritor e jornalista Frei Betto, filho do saudoso juiz Antônio Carlos Vieira Christo, defendeu a adoção de eleições diretas para a direção dos tribunais – que tem integral e histórico apoio da Amagis –, como medida de democratização do Judiciário e de aperfeiçoamento gerencial.

Hebert Carneiro é presidente da Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis)

“Fazer justiça é humanamente diferente por lidar seguidamente com histórias de vida e de uma realidade social desigual, portanto, quase sempre injusta”

FOLHA DE S.PAULO

LOGIN

ASSINE A FOLHA

ATENDIMENTO

FOLHA DE S.PAULO

SÃO PAULO 30°C
OUTRAS CIDADES

*** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2013 14H39

Site

OK

Opinião - Política - Mundo - Economia - Cotidiano - Esporte - Cultura - F5 - Tec - Classificados - Blogs - +SEÇÕES -

ÚLTIMAS NOTÍCIAS Cazuza "volta" aos palcos com tecnologia 4D para sh

Frederico Vasconcelos

Interesse Público

Perfil

Frederico Vasconcelos é repórter especial da Folha

Leia mais

Mineiros avaliam eleição do gaúcho na AMB

26/11/13 - 19:30

POR FREDERICO VASCONCELOS

Ouvir o texto

Curtir 42

Tweetar 0

G+1 0

Sob o título "AMB: por que João Ricardo foi eleito", o artigo a seguir é de autoria de Nelson Missias de Moraes, Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, vice-presidente Legislativo da AMB eleito, ex-presidente da Amagis e ex-secretário-geral da AMB. O texto foi publicado originalmente no jornal "Hoje em Dia", de Belo Horizonte.

O sentimento de mudanças permeou a escolha dos magistrados brasileiros nestas eleições para a nova diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e confirmou a busca incessante por maior participação política e por uma entidade que, verdadeiramente, represente a classe.

Vários fatos contribuíram, significativamente, para que a magistratura optasse por uma gestão renovada e que retomasse suas principais bandeiras, como a defesa intransigente da

FOLHA DE SÃO PAULO (FREDERICO VASCONCELOS) • 26 DE NOVEMBRO DE 2013

FOLHA DE S.PAULO

LOGOUT

ASSINE A FOLHA

ATENDIMENTO

FOLHA DE S.PAULO

SÃO PAULO 30°C
OUTRAS CIDADES

*** UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2013 14H48

Site

OK

Opinião - Política - Mundo - Economia - Cotidiano - Esporte - Cultura - F5 - Tec - Classificados - Blogs - +SEÇÕES -

ÚLTIMAS NOTÍCIAS PUBLICIDADE: C 180 Turbo Sport Vision com Sistema de Luzes Inteligente

Frederico Vasconcelos

Interesse Público

Perfil

Frederico Vasconcelos é repórter especial da Folha

Leia mais

Justiça Eleitoral e eleições diretas

26/11/13 - 08:15

POR FREDERICO VASCONCELOS

Ouvir o texto

Curtir 2

Tweetar 1

G+1 0

Sob o título "Judiciário mineiro e democratização", o artigo a seguir é de autoria de Herbert Carneiro, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). Foi publicado originalmente no jornal "Estado de Minas".

Tramita no Senado Federal a PEC 31/2013 que pretende reduzir a participação da Justiça Estadual na Justiça Eleitoral, aquela que é exemplo de eficiência e competência para o Brasil e para o mundo. A proposta contraria o perfil e a natureza dessa justiça especializada e traz riscos a sua eficácia e fiscalização por razões constitucionais e operacionais.

Quando definiu e aprovou a composição da Justiça Eleitoral, o constituinte priorizou o interesse público e o maior grau de legitimidade ao processo eleitoral, valorizando a experiência da Justiça comum e o tempo em que os juizes estaduais atuaram em contato direto e diário com a população nos mais de 5.500 municípios brasileiros.

Se aprovada, a PEC irá contrariar esse princípio e terá, como consequência, o enfraquecimento da Justiça Eleitoral e seu distanciamento do cidadão. Além da capilaridade, que lhe garante a presença em todas as comarcas do país, o juiz estadual conhece a vida política das pequenas, médias e grandes cidades dos estados. Outro aspecto relevante é que a eficaz fiscalização da campanha eleitoral irregular, incluída a antecipada, só é possível por meio da interiorização da Justiça estadual.

ARTIGO

Eleição de João Ricardo na AMB

Nelson Missias de Moraes

opiniao@hojemidia.com.br

O sentimento de mudanças permeou a escolha dos magistrados brasileiros nestas eleições para a nova diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e confirmou a busca incessante por maior participação política e por uma entidade que, verdadeiramente, represente a classe.

Vários fatos contribuíram, significativamente, para que a magistratura optasse por uma gestão renovada e que retomasse suas principais bandeiras, como a defesa intransigente da independência dos magistrados e a modernização do Judiciário.

A Chapa 1 - Unidade e Valorização, presidida pelo Juiz gaúcho João Ricardo dos Santos Costa, personificou esse sentimento ao ser eleita para o próximo triênio 2014-2016, com quase 2 mil votos de vantagem (5.628 contra 3.746).

A criação do Movimento pela Unidade e Valorização dos magistrados - que reúne quase três dezenas de presidentes de Associações de Magistrados (estaduais, trabalhistas e militares), a partir do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Tocantins, Goiás e outros estados - deu a dimensão necessária a esse sentimento.

Com um projeto objetivamente definido, tendo o magistrado independente e valorizado e a Justiça cidadã como os eixos principais, foi escolhido, por unanimidade dos integrantes do movimento, o dedicado e atuante juiz João Ricardo dos Santos Costa para representar o novo colegiado.

A partir daí, o movimento cresceu e conquistou o país, como se confirmou agora na apuração final. Os magistrados querem maior participação na definição do futuro da magistratura e do Judiciário. Não querem mais ser coadjuvantes, mas protagonistas da mudança.

A união de Minas e do Rio Grande do Sul, estado natal de João Ricardo, tem uma simbolismo e uma dimensão histórica. Mas o que irradiou nesse movimento foi a necessidade de uma unidade da magistratura nacional, com o apoio de inúmeros líderes de destaque e presidentes de associações, todos, sem exceção, com o anseio de resgatar a dignidade do juiz brasileiro e preservar conquistas alcançadas com muito desassombro e luta.

O líder escolhido, João Ricardo, mostrou a sua capacidade de aglutinar as pessoas, o seu senso de responsabilidade com as causas da magistratura e da cidadania e irá provar sua capacidade de gestão e política. É um juiz com perfil associativo, respeitado e com compromisso social.

Os magistrados do Brasil mostraram que é possível exercer a democracia interna. Proclamaram, de forma estupenda, o seu novo líder. Desvendaram a possibilidade dessa mesma democracia nos nossos tribunais. Essa é a mais eloquente forma de aperfeiçoamento das instituições.

A nova diretoria vai resgatar a dimensão e importância da maior Associação de magistrados da América Latina em favor do aperfeiçoamento do Judiciário e das melhorias de condições de trabalho e de segurança do magistrado, para que a sociedade e o cidadão sejam, ao final, os maiores beneficiários.

A Escola Nacional dos Magistrados, instituída e mantida pela AMB, terá um papel fundamental na formação e aperfeiçoamento dos juizes brasileiros, outro foco necessário e fundamental da entidade. Foi presidida pelo saudoso mineiro ministro Sálvio de Figueiredo, que deu a ela nova dimensão, projetando-a para o futuro. Agora, para o nosso orgulho, será presidida pelo talentoso e dedicado juiz mineiro Marcelo Piragibe Magalhães, que também foi aclamado para essa nova missão.

Desembargador do TJMG, vice-presidente Legislativo eleito da AMB, ex-presidente da Amagis

ESTADO DE MINAS (BH) • 19 DE NOVEMBRO DE 2013



MÁRIO FONTANA
mario.fontana@uai.com.br

HOMENAGEM

MINISTRA CARMEN LÚCIA

Ministra do Supremo Tribunal Federal, a mineira Carmen Lúcia Antunes Rocha, que hoje cumpre seu último dia na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, promoveu em Belo Horizonte o 61º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, que trouxe à cidade os dirigentes de todos os TREs do país. Na pauta, os preparativos para as eleições do ano que vem, análise do uso do sistema biométrico na votação e a PEC 31. O encontro em BH não deixou de ser uma homenagem a Minas Gerais.

Por outro lado, a Associação Mineira de Magistrados organizou uma homenagem a Carmen Lúcia em sua sede, oportunidade em que o presidente da entidade, o desembargador Herbert Carneiro, lhe entregou uma placa de prata, com dizeres referentes à sua atuação no TSE e no Supremo, com presença e aplausos de figuras da cúpula da magistratura mineira. O ministro Marco Aurélio de Mello será o novo presidente do TSE.

FLASH

AMAGIS/DIVULGAÇÃO



A ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal, com o presidente da Associação Mineira de Magistrados, desembargador Herbert Carneiro, na homenagem que lhe foi prestada na sede da Amagis

ESTADO DE MINAS (BH) • 5 DE NOVEMBRO DE 2013

ESTADO DE MINAS • TERÇA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO



CULTURA
MÁRIO FONTANA
mario.fontana@uai.com.br

FLASH

ROBERTO ROCHA/AMAGIS/DIVULGAÇÃO



**AMAGIS
COMENDA GUIDO DE ANDRADE**

Quatro dos cinco condecorados pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) com a Comenda Guido de Andrade assinaram o ponto na sede da entidade, sexta-feira à noite, para receber a homenagem das mãos do presidente da instituição, desembargador Herbert Carneiro. São eles: o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Antônio de Barros Levenhagen; frei Betto; e o jornalista Emanuel Carneiro, presidente da Rádio Itatiaia. Foi uma noite brilhante, em que os agraciados foram saudados pelo desembargador Tiago Pinto, Eros Grau, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, não compareceu, por se encontrar no exterior. No fim, houve coquetel de confraternização no salão de festas da instituição.

O desembargador Herbert Carneiro (C) entre Emanuel Carneiro, ministro José Eduardo Cardozo, frei Betto e ministro José de Barros Levenhagen, condecorados com a Comenda Guido de Andrade

EDIÇÃO DO BRASIL (BH) • 23 A 30 DE NOVEMBRO DE 2013

No dia 01 de novembro, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), realizou a entrega da "Medalha Condecorativa Desembargador Guido de Andrade", que foi entregue pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro (**centro**), entre os homenageados estiveram presentes o presidente do Grupo Itatiaia, Emanuel Carneiro; o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o teólogo Frei Betto, e o vice-presidente do TST, Antônio José de Barros Levenhagen.



Roberto Rocha/Amagis